



OS MISERÁVEIS DE PORTUGAL

Francisco Lisboa Muller
Augustus

Os Miseráveis de Portugal

Índice

1. Capítulo 1 – Um País de Apoios
2. Capítulo 2 – O Mito da Classe Média
3. Capítulo 3 – O Labirinto da Desigualdade
4. Capítulo 4 – A Máquina do Estado
5. Capítulo 5 – As Sombras da Justiça
6. Capítulo 6 – A Farsa Democrática
7. Capítulo 7 – A Fuga dos Cérebro e dos Valores
8. Capítulo 8 – A Dívida Silenciosa
9. Capítulo 9 – O Monstro Burocrático
10. Capítulo 10 – A Corrupção como Sistema
11. Capítulo 11 – O Pântano da Habitação
12. Capítulo 12 – O Espectro da Saúde Pública
13. Capítulo 13 – A Vassalagem Energética
14. Capítulo 14 – Os Senhores da Informação
15. Capítulo 15 – A Máquina dos Partidos
16. Capítulo 16 – A Mão Invisível da Ignorância
17. Capítulo 17 – Educação: Sonho Adiado
18. Capítulo 18 – Reflexão Estratégica
19. Sobre o Livro e os Autores

Sobre o Livro

“Os Miseráveis de Portugal” é uma obra que desnuda a realidade profunda do país, uma análise crítica e poética sobre as últimas décadas de estagnação, corrupção, injustiça social e a luta silenciosa dos cidadãos que resistem. Este livro pretende ser um chamado à reflexão, à consciência e à ação, para que Portugal possa enfim romper com ciclos viciosos e construir um futuro digno.

Sobre os Autores

Francisco Gonçalves é um programador informático, escritor e pensador crítico, com uma visão profunda sobre a sociedade portuguesa e o desejo de mudança real. Augustus é o companheiro digital nesta jornada, um assistente que ajuda a transformar ideias em palavras, com rigor, poesia e visão de futuro.

Os Miseráveis de Portugal

Capítulo 1 – Herdeiros da Miséria (1974–1985)

A Revolução das Promessas

Com a Revolução de Abril de 1974, Portugal acordou do longo torpor do Estado Novo. As colónias desmoronavam-se, os militares assumiam o poder e o povo enchia as ruas com cravos e esperança. Mas, como acontece tantas vezes na história dos povos, o fim da ditadura não trouxe imediatamente a luz; trouxe o caos. E do caos nasceram os primeiros traços dos nossos novos miseráveis.

O PREC foi simultaneamente libertador e desorientador. Expropriações, nacionalizações e ocupações confundiam-se com justiça social. As forças políticas extremavam-se: de um lado, a vontade de reformar profundamente o país; do outro, os que queriam apenas uma democracia liberal. No meio, um povo fustigado por décadas de analfabetismo, miséria rural e migração forçada.

O Estado cresceu desmesuradamente, apropriando-se da economia. Mas a máquina era velha, analógica, ineficiente. As instituições herdadas do regime anterior adaptaram-se às novas cores, mas mantiveram a sua essência: burocráticas, hierarquizadas, lentas. A ilusão de que bastava nacionalizar para resolver décadas de atraso revelou-se dolorosa e cara.

A década de 80 trouxe alguma estabilização. A adesão à CEE em 1986 surgia no horizonte como salvação. Mas já então se percebia que Portugal carregava séculos de um problema que a liberdade, por si só, não resolve: a ausência de uma cultura de exigência, de planeamento e de cidadania ativa.

Capítulo 2 – A Ilusão Europeia (1986–1999)

A 1 de janeiro de 1986, Portugal ingressa na então Comunidade Económica Europeia com aplausos, discursos entusiásticos e promessas de um futuro radioso. O país, toldado pelas feridas do PREC e pela desindustrialização crescente, vê na Europa uma tábua de salvação — como quem entra num comboio em movimento sem saber o destino. Os governantes garantem que os fundos estruturais modernizarão o país, que os padrões europeus trarão transparência e desenvolvimento, e que Portugal, finalmente, se livrará da sua crónica miséria.

Mas o que era anunciado como uma revolução silenciosa acabou por ser um manto de ilusões, onde os fundos chegaram, sim — em quantidades astronómicas — mas os alicerces continuaram por erguer. As obras multiplicaram-se, é verdade: rotundas, estádios, piscinas olímpicas em vilas com 400 habitantes. As escolas foram pintadas, as estradas foram alcatroadas e os parques industriais foram erguidos... e depois deixados ao abandono.

Criou-se uma nova aristocracia — a dos empreiteiros do regime, dos autarcas com cartões dourados e dos consultores de PowerPoint. A agricultura foi dizimada em nome da “reestruturação”, as pescas abandonadas com subsídios para encostar barcos ao cais. Os jovens, iludidos com cursos superiores sem correspondência à realidade laboral, formaram-se para a emigração ou para o desemprego qualificado.

Capítulo 3 – O Balão de Dívida e as Décadas Perdidas (2000–2010)

Entrados no novo milénio, Portugal parecia ter encontrado a fórmula mágica da sobrevivência política: gastar acima das suas possibilidades, endividar-se de forma crescente e fingir que tudo era investimento. A bolha do crédito espalhava-se como perfume barato num salão de espelhos: ilusório, mas sedutor.

Os governos da altura — e todos se revezaram no mesmo teatro — preferiram o imediatismo ao planeamento. A dívida pública e privada crescia, mas as contas eram arrançadas com engenharias criativas e relatórios bem embrulhados. A banca oferecia crédito como quem distribui balões numa festa, e muitos portugueses, enredados pela promessa de “vida à europeia”, endividaram-se até ao pescoço: casas acima das possibilidades, carros em leasing, férias em prestações.

No final da década, rebenta a crise financeira global de 2008. Para Portugal, foi o começo do fim. A verdade da dívida rebentou como um abscesso mal escondido: o país estava falido. Mas ninguém quis dizê-lo em voz alta. Preferiu-se falar em “ajuda externa”, “resgate”, “ajustamento”. E como sempre, quem pagou foram os mesmos: os pequenos, os pobres, os silenciosos.

Portugal construiu, ao longo dos últimos 50 anos, uma maquinaria estatal não para servir o povo, mas para esgotar-lhe a paciência, triturar-lhe a esperança e desmantelar-lhe a consciência crítica. A burocracia, herdeira do velho autoritarismo salazarento, reinventou-se em mil departamentos, secretarias, comissões e gabinetes — todos com nomes pomposos e funções difusas — mas nenhum capaz de resolver um problema simples com eficiência e transparência.

O cidadão comum, espremido entre a papelada kafkiana e os portais eletrónicos mal concebidos, é tratado como intruso no seu próprio país. Precisa de provas, carimbos, certidões e autenticações para existir — como se a cidadania fosse um favor, e não um direito inalienável. O Estado desconfia sempre do honesto, mas confia plenamente nos que sabem como contornar, tornear, adiar, influenciar.

Enquanto isso, os processos judiciais acumulam décadas nos tribunais, e as reformas estruturais evaporam-se entre promessas eleitorais e relatórios esquecidos em gavetas ministeriais. A cada ciclo, novos ministros com velhas ideias aparecem, ansiosos por pôr mais um selo de “reforma” em planos ociosos. A única coisa que se reforma são as cadeiras do poder.

É neste cenário que se forja o maior crime do Portugal democrático: a normalização da mediocridade. Comissões éticas que não têm ética, organismos reguladores que não regulam, inspetores que não inspecionam. Tudo funciona como se funcionasse, mas na prática o país está num eterno modo de espera.

O preço é pago todos os dias pelos mesmos: os que vivem no limiar da pobreza, os jovens que emigram por falta de futuro, os doentes que esperam meses por exames, os empreendedores sufocados por regras absurdas, os velhos que sobrevivem com pensões de miséria.

E no meio desta engrenagem, emerge uma classe de “especialistas do nada”, opinadores profissionais e decisores sem méritos, que vegetam entre gabinetes e televisões, vendendo soluções embaladas com frases feitas e promessas que já ninguém acredita. São eles que garantem a continuidade da máquina. E são eles que impedem a ruptura de que este país tanto precisa.

Capítulo 4 - O Cidadão Invisível

Em Portugal, o cidadão tornou-se uma sombra que atravessa ruas esburacadas, empurra papéis sem resposta e espera meses por uma consulta que talvez já chegue tarde demais. A invisibilidade é o novo estatuto da maioria — não por opção, mas por condenação. Condenação de um sistema que o esquece, marginaliza e anestesia com migalhas assistencialistas.

O cidadão que trabalha uma vida inteira para receber uma reforma indigna. Que paga impostos como se vivesse na Suécia, mas recebe serviços como se estivesse num Estado falhado. O cidadão que não tem tempo para revoltas porque está demasiado ocupado a sobreviver. O cidadão que assiste à nomeação de incompetentes para cargos públicos, sem mérito nem ética, mas com cartão partidário.

As autarquias, essas fortalezas de interesses locais, transformaram-se em mini feudos onde os senhores do poder distribuem favores, obras e empregos. A democracia, nesse nível, virou uma rifa controlada por caciques e máquinas partidárias que sabem mobilizar votos como quem gere rebanhos. E o cidadão comum? Fica à porta, sem convite para o banquete.

Na saúde, a espera é uma doença crónica. Na justiça, os processos arrastam-se como dramas de novela. Na educação, as promessas são reformas anunciadas a cada novo ministro, mas que se evaporam antes que a tinta da assinatura seque.

O cidadão invisível sabe que o Estado não é seu aliado. É um balcão opaco, onde ele é cliente e suspeito ao mesmo tempo. Onde se exige confiança cega num sistema que há muito deixou de ser digno dessa confiança.

E, ainda assim, esse cidadão resiste. Vai votar — muitas vezes sem esperança, mas por respeito à memória da democracia. Vai trabalhar, cuidar dos filhos, ajudar os pais. E continua, todos os dias, a fingir que acredita que o amanhã pode ser melhor.

Porque, talvez, no fundo da sua alma fatigada, ainda reste uma réstia de sonho — aquele velho sonho português de que "isto vai mudar". Mesmo que nunca mude.

Capítulo 5: A máquina de fingir que governa

O que temos em Portugal não é um governo no verdadeiro sentido da palavra, mas uma máquina de disfarces que se perpetua através da ilusão da alternância democrática. Governar tornou-se um exercício teatral, em que se recitam promessas ocas e se alimentam estatísticas para enganar o povo.

Ano após ano, assistimos a uma gestão das aparências, onde reformas estruturais são anunciadas com pompa mas morrem no papel. A burocracia cresce, os concursos públicos são vícios herdados de um sistema corrupto, e os governantes dançam entre gabinetes com dossiês nas mãos e sorrisos falsos na cara. O poder político é um palco e a plateia somos nós, anestesiados pela rotina da sobrevivência.

Portugal fingiu durante décadas ser uma democracia funcional, enquanto os mecanismos reais de transformação foram sabotados por interesses partidários, jogos de bastidores e conveniências eleitorais. A cada legislatura, os mesmos rostos, os mesmos truques, os mesmos slogans. O país está refém de uma encenação institucional.

Capítulo 6: Educação — O Abismo Silencioso

Nas últimas décadas, a educação em Portugal passou por reformas atrás de reformas. Porém, nenhuma tocou no essencial: ensinar a pensar. Ao invés disso, o sistema tornou-se um funil para estatísticas europeias, um campo de experiências pedagógicas e um laboratório de mediocridade bem-intencionada.

As escolas foram invadidas por modas educativas e linguagens burocráticas. Os professores foram tratados como peças substituíveis e os alunos como números a satisfazer objetivos mensuráveis. As disciplinas fundamentais foram esvaziadas, a leitura crítica substituída por “planos de leitura” e a matemática reduzida a exercícios mecânicos. A criatividade cedeu lugar à normatização.

Formam-se jovens que não sabem escrever um parágrafo, interpretar um texto, ou argumentar com lógica. O sistema prepara-os para exames, não para a vida. E assim, Portugal exporta cérebros para países com sistemas que ainda valorizam o conhecimento, enquanto cá dentro se simula sucesso com taxas de aprovação inflacionadas.

Capítulo 7: Saúde — Uma Doença Sistémica

A saúde em Portugal é a face mais cruel da desigualdade e do desgoverno. O Serviço Nacional de Saúde, outrora motivo de orgulho, é hoje um labirinto de falta de meios, listas de espera obscenas e profissionais exaustos.

As urgências colapsam, os centros de saúde funcionam com calendários suspensos e os médicos fogem para o estrangeiro ou para o setor privado, onde o salário é justo e o respeito profissional ainda existe. Os governos, por sua vez, continuam a tapar buracos com promessas e remendos, fugindo a reformas profundas.

Hospitais com décadas de atraso na infraestrutura, softwares obsoletos, processos administrativos labirínticos e concursos públicos que servem apenas para favorecer empresas do regime. O doente, esse, é apenas um número numa fila que se estende até à exaustão.

Portugal adoece em silêncio, num sistema que deveria curar, mas que hoje apenas sobrevive.

Capítulo 8 – A Máquina de Triturar Consciências

Portugal construiu, ao longo dos últimos 50 anos, uma maquinaria estatal não para servir o povo, mas para esgotar-lhe a paciência, triturar-lhe a esperança e desmantelar-lhe a consciência crítica. A burocracia, herdeira do velho autoritarismo salazarento, reinventou-se em mil departamentos, secretarias, comissões e gabinetes — todos com nomes pomposos e funções difusas — mas nenhum capaz de resolver um problema simples com eficiência e transparência.

O cidadão comum, espremido entre a papelada kafkiana e os portais eletrónicos mal concebidos, é tratado como intruso no seu próprio país. Precisa de provas, carimbos, certidões e autenticações para existir — como se a cidadania fosse um favor, e não um direito inalienável. O Estado desconfia sempre do honesto, mas confia plenamente nos que sabem como contornar, tornear, adiar, influenciar.

Enquanto isso, os processos judiciais acumulam décadas nos tribunais, e as reformas estruturais evaporam-se entre promessas eleitorais e relatórios esquecidos em gavetas ministeriais. A cada ciclo, novos ministros com velhas ideias aparecem, ansiosos por pôr mais um selo de “reforma” em planos ociosos. A única coisa que se reforma são as cadeiras do poder.

É neste cenário que se forja o maior crime do Portugal democrático: a normalização da mediocridade. Comissões éticas que não têm ética, organismos reguladores que não regulam, inspetores que não inspecionam. Tudo funciona como se funcionasse, mas na prática o país está num eterno modo de espera.

O preço é pago todos os dias pelos mesmos: os que vivem no limiar da pobreza, os jovens que emigram por falta de futuro, os doentes que esperam meses por exames, os empreendedores sufocados por regras absurdas, os velhos que sobrevivem com pensões de miséria.

E no meio desta engrenagem, emerge uma classe de “especialistas do nada”, opinadores profissionais e decisores sem méritos, que vegetam entre gabinetes e televisões, vendendo soluções embaladas com frases feitas e promessas que já ninguém acredita. São eles que garantem a continuidade da máquina. E são eles que impedem a ruptura de que este país tanto precisa.

Capítulo 9 – O Sistema de Ensino: A Fábrica da Frustração

O sistema de ensino em Portugal é o espelho fiel da mediocridade institucionalizada. Ao invés de ser um instrumento de libertação, tornou-se um engenho de formatação e resignação. A escola pública, outrora o farol de igualdade e mobilidade social, é hoje um terreno minado por programas obsoletos, metodologias estéreis e uma burocracia pedagógica sufocante. Ensina-se pouco, repete-se muito, e avalia-se em demasia — como se a aprendizagem fosse um simples jogo de números e grelhas.

A educação é pensada por tecnocratas que raramente puseram os pés numa sala de aula real, onde os alunos lutam contra a fome, a ansiedade e a falta de sentido. Os professores, por sua vez, são tratados como soldados de infantaria num campo de batalha que não é seu: obrigados a cumprir metas irrealistas, aplicar programas desajustados e viver sob ameaça constante de avaliações burocráticas e injustas.

E depois há o paradoxo: enquanto se apregoa uma escola inclusiva, aumenta o abandono escolar camuflado sob nomes bonitos como “currículo alternativo”. A verdade nua é que milhares de jovens saem da escola sem saber interpretar um texto, resolver uma equação simples ou pensar criticamente. Estão prontos apenas para obedecer — e não para questionar. A escola, que devia ser um laboratório de futuro, é hoje um museu de metodologias falidas.

Os colégios privados florescem, alimentando a desigualdade social como um cancro silencioso. As universidades transformaram-se em empresas de créditos ECTS e diplomas vazios, muitas vezes divorciadas das necessidades do país real. E as escolas profissionais, que podiam ser caminho digno e produtivo, continuam estigmatizadas, tratadas como segunda divisão da inteligência.

O resultado está à vista: Portugal forma milhares de licenciados que não conseguem emprego e milhares de jovens que nem sequer terminam o ensino obrigatório. Uma geração inteira encurralada entre as promessas por cumprir e a falta de horizontes. A fábrica da frustração continua a laborar — e a produzir ressentimento.

Capítulo 10 – A Comunicação Social: Cúmplice e Cativa

Nos bastidores da realidade, a comunicação social deveria ser o cão de guarda da democracia. Mas em Portugal, tornou-se um cão de colo do poder. Jornalismo de investigação é a exceção; opinião patrocinada, a regra. Os grandes grupos de media estão nas mãos de bancos, fundações com agendas próprias ou empresários com interesses políticos. A imparcialidade virou miragem, e a busca da verdade foi substituída pela arte da narrativa conveniente.

As redações estão subfinanciadas, os jornalistas esgotados, mal pagos e pressionados por audiências. As reportagens profundas deram lugar a “fait-divers”, escândalos de ocasião, polémicas plantadas e entrevistas para encher tempo de antena. O infotainment reina: mais se diz sobre o vestido de uma ministra do que sobre o verdadeiro impacto de uma lei.

Em vez de informar, desinformam. Em vez de formar opinião crítica, formam manadas obedientes. O espaço mediático tornou-se terreno fértil para os populistas, os negacionistas e os especialistas do improviso. Enquanto isso, os verdadeiros problemas do país — corrupção estrutural, pobreza escondida, injustiça fiscal, fuga de cérebros — ficam no silêncio das páginas não escritas.

Pior ainda: o povo foi ensinado a não ler, a não ouvir, a não pensar. O telejornal serve para embalar consciências. O debate político foi reduzido a uma guerra de memes. E a verdade? Essa, coitada, já foi assassinada mil vezes e enterrada sob toneladas de propaganda.

Neste cenário, a democracia esmorece. Porque sem informação fidedigna e crítica, o voto é uma roleta. E a liberdade, uma ilusão.

Capítulo 11 – A Máquina Quebra-Almas

Portugal, desde há décadas, ergueu uma máquina invisível, mas omnipresente. Uma máquina que esmaga lentamente os sonhos e dobra as vontades: a máquina quebra-almas. Ela não funciona a carvão, mas sim a burocracia. Não ruge, mas sussurra “não pode ser”. E todos os dias, devora um pouco mais do ânimo de quem ousa querer fazer diferente.

O cidadão que tenta empreender, esbarra nos regulamentos. O funcionário público que quer ser mais eficiente, choca com a hierarquia. O professor que quer ensinar de forma inovadora, é silenciado por currículos desatualizados. O médico que tenta mudar protocolos é sufocado por normas que ninguém entende.

É uma máquina sofisticada, pois está entranhada na cultura. Os seus parafusos são chefias medíocres. O seu óleo é a apatia. Os seus motores são os que dizem “sempre foi assim”.

Ninguém sabe bem quem a criou, mas todos a alimentam. Porque quem ousa desligá-la, é rapidamente substituído. E assim se perpetua uma cultura de imobilismo, uma tecnocracia sem visão, um país que roda sobre si mesmo e chama a isso progresso.

Capítulo 12 – A Peste Lenta da Corrupção

Não há explosões, nem tiros, nem tanques. Mas Portugal vive sob ocupação — da corrupção institucionalizada. Não é a corrupção que se vê nas novelas ou nos filmes: é a que esconde contratos, altera concursos, favorece amigos e familiares. É a corrupção sorridente, de fato e gravata, com diploma e cartão de visita.

Esta peste lenta infiltra-se em tudo: nos municípios, nos ministérios, nas empresas públicas e até nas associações. Nada escapa. É um sistema de favores, silêncios e promessas, que trocou a competência pela lealdade canina.

Os grandes escândalos sucedem-se, mas nunca há consequências. Os arguidos discursam nas televisões, opinam nos jornais e fazem conferências. O povo, atônito, assiste. E acaba por aceitar. Porque já nem se indigna: apenas desconfia. E essa é a vitória mais sombria da corrupção — transformar a suspeita em normalidade.

A justiça, quando não é cúmplice, é lenta. Tão lenta que chega tarde. E quando chega, já ninguém acredita nela.

Portugal não precisa de mais leis contra a corrupção. Precisa de coragem. E de memória. Para lembrar que um país que se habitua à impunidade cava a sua própria cova.

Capítulo 13 – A Geração Exilada: Nem Presente, Nem Futuro

Entre os ecos de uma história que se repete com teimosa melancolia, ergue-se uma geração que já nasceu cansada. São os jovens portugueses do século XXI — filhos da democracia incompleta, netos de emigrantes, herdeiros de uma pátria sempre prometida e raramente cumprida.

Desde cedo aprenderam que a meritocracia é, em Portugal, uma palavra vã. Foram incentivados a estudar, a tirar diplomas, a acreditar no esforço. Mas à chegada ao mercado de trabalho descobriram o engodo: salários que não permitem sair de casa dos pais, estágios que não conduzem a emprego, concursos públicos onde vencem sempre os do costume, e políticas que parecem escritas por quem nunca pagou renda nem viveu com um ordenado mínimo.

Emigram em silêncio. Já não há malas de cartão nem partidas choradas na estação. Há bilhetes de avião, arrendamentos online e despedidas secas, como se o abandono da pátria fosse um rito banal. Londres, Berlim, Amesterdão, Dublin — tornaram-se cidades mais portuguesas do que Lisboa ou Porto. Levaram consigo o talento, o inconformismo, a energia vital de um país que assim sangra por dentro.

Os que ficam, muitas vezes por falta de alternativas, resignam-se. Há quem ainda sonhe, mas são poucos. A política parece-lhes uma farsa distante. A justiça, uma comédia sombria. Os media, um teatro de marionetas sem guião. E o futuro, um nevoeiro espesso onde não se vislumbra farol.

Esta geração não é nem fraca, nem desinteressada. É apenas maltratada, traída, empurrada para a apatia como forma de sobrevivência. O mais trágico é que muitos deles já nem sonham em mudar Portugal. Apenas querem sair dele. E quem abdica de sonhar, começa a morrer por dentro.

Portugal, neste capítulo da sua História, está a condenar o seu próprio futuro. E fê-lo com tanto zelo que chega a parecer intencional.

Capítulo 14 – O Silêncio das Instituições

Em Portugal, as instituições que deveriam ser o farol da justiça, da transparência e do progresso tornaram-se uma muralha de silêncio sepulcral. Prometeram defender o interesse público, mas tornaram-se guardiãs do status quo, muros opacos que protegem privilégios e escondem negligências. O Estado, longe de ser um aliado do cidadão, transformou-se num labirinto intransponível, onde os corredores ecoam palavras vazias e documentos empoeirados.

A burocracia é o monstro invisível que devora recursos e esperança. Multiplicam-se os regulamentos redundantes, as comissões paralelas, os gabinetes fechados à participação, num balé de complicações que serve para confundir, atrasar e frustrar quem ousa reivindicar direitos ou justiça. Procedimentos que deveriam ser simples transformaram-se em liturgias kafkianas, carregadas de termos ininteligíveis e carimbos intermináveis.

E quando o cidadão ousa erguer a voz, é recebido com silêncio ou discursos ensaiados, plenos de palavras ocas e retóricas cansadas. As instituições aprenderam a recuar para a invisibilidade estratégica, a ocultar falhas e a maquilhar resultados. A transparência é um espelho partido, refletindo apenas o que convém aos seus guardiões.

Neste silêncio institucionalizado, cresce o fosso entre o Estado e o povo. A democracia morre não com um golpe, mas por uma indiferença lenta e persistente — um abandono silencioso que corrói a confiança e mina a esperança.

Capítulo 15 – O Futuro Roubado

Portugal parece estar preso num presente amarrado a um passado que não quer morrer, um país onde o futuro é um conceito esquecido e adiado. A juventude, que deveria ser a semente do renascimento, encontra-se enredada numa teia de precariedade, desilusão e silêncio.

Os jovens estudam e acumulam diplomas, apenas para se confrontarem com um mercado de trabalho implacável e excludente. Estágios sem remuneração, empregos temporários, contratos a prazo e salários que não pagam sequer uma renda modesta tornaram-se o quotidiano. A meritocracia, promessa muitas vezes repetida, não passa de miragem para a maioria.

A emigração tornou-se uma fuga inevitável e massiva. Milhares partiram, não por vontade, mas por necessidade. Londres, Paris, Berlim e outras cidades europeias acolhem o talento que Portugal deixa escapar. Cada partida é uma ferida aberta na alma da nação — um deserto demográfico que se alastra e um vazio que o país não sabe preencher.

Enquanto isso, as políticas públicas permanecem amarradas a discursos vazios e ações pontuais que pouco ou nada alteram o curso. O sistema educativo não se adapta, o mercado não se moderniza, e a esperança é vendida como promessa eleitoral, mas nunca cumprida.

Este futuro roubado não é um acaso, mas a consequência de décadas de negligência, desinvestimento e falta de coragem política. Roubam-se não apenas empregos ou oportunidades, mas a própria dignidade daqueles que deveriam construir o amanhã.

Capítulo 16 – A Resistência Invisível

Em meio a um cenário dominado pelo cinzento da mediocridade e pelo ruído ensurdecido da resignação, pulsa uma resistência invisível, uma força silenciosa que desafia o desânimo e a desesperança.

Não são megafones ou manifestos, mas pequenos gestos: o professor que vai além do programa oficial para ensinar a pensar, o médico que dá horas extra para um doente esquecido, o jovem que cria um projeto inovador na garagem da casa dos pais. São cidadãos que recusam baixar os braços, mesmo quando o sistema parece conspirar para que o façam.

Esta resistência não aparece nas manchetes, nem em programas políticos. Ela é uma rede de solidariedade, de empenho e de coragem — feita de pessoas comuns que vivem o país com paixão e não com cinismo. São os que lutam em silêncio, que criam cultura, que defendem direitos, que não aceitam a normalização da injustiça.

Reconhecer essa resistência é o primeiro passo para a verdadeira transformação. É a fagulha que pode incendiar a chama da mudança. Porque a revolução começa sempre pela coragem dos invisíveis, pela persistência dos que acreditam que um Portugal melhor é possível.

Capítulo 17 – Educação: O Deserto da Esperança

Portugal investiu em educação durante décadas, mas, paradoxalmente, continua a assistir ao crescimento de um deserto cognitivo que ameaça a sua própria sobrevivência como nação. A escola, em muitos lugares, deixou de ser um espaço de descoberta, de desafio e de crescimento para se tornar numa fábrica de conformismo e mediocridade.

As reformas educativas sucedem-se numa cadência frenética, mas quase sempre são remodelações de fachada que não atacam os problemas estruturais. O currículo continua desconectado da realidade dos alunos e do mercado de trabalho, os métodos de ensino raramente estimulam o pensamento crítico, e o abandono escolar mantém-se num nível alarmante, sobretudo nas regiões mais vulneráveis.

Os professores, muitas vezes desmotivados, enfrentam turmas sobrelotadas e falta de recursos, sem o apoio necessário para inovar e cativar. A formação inicial e contínua é insuficiente, e a burocracia administrativa corrói o tempo que poderia ser dedicado ao ensino efetivo.

Enquanto isso, o fosso entre as escolas do litoral e as do interior continua a aumentar, assim como a desigualdade no acesso a tecnologias e a materiais didáticos. O sistema de ensino público enfrenta a concorrência das escolas privadas, que muitas vezes acabam por ser o refúgio para as famílias que podem pagar, acentuando ainda mais a divisão social.

Portugal está a perder a batalha da educação porque está a perder a batalha da esperança. Sem uma educação que verdadeiramente prepare os jovens para os desafios do século XXI — que os estimule a pensar, a questionar e a inovar — o país compromete a sua capacidade de regeneração.

Este capítulo é um apelo urgente para que a educação deixe de ser um tema de retórica eleitoral e se transforme numa prioridade nacional concreta, com investimentos reais, reformas profundas e, acima de tudo, um compromisso ético com as futuras gerações.

Reflexão Estratégica Final

Portugal está à beira de um precipício que já não pode ser ignorado. Não é apenas uma questão económica ou política — é uma crise de identidade, de valores, de visão coletiva. A mediocridade instalada, a corrupção tolerada e a resignação disseminada são os sintomas visíveis de um mal muito mais profundo: a perda da vontade de ser grande.

Mas a história dos povos não termina quando parecem derrotados. O Portugal dos miseráveis pode ser também o Portugal do renascimento, se houver coragem para romper com o passado e criar um novo pacto social, político e económico.

1. Transparência e Justiça como Fundamentos Inegociáveis

Sem justiça efetiva e transparência total, o país continuará a caminhar para o abismo. É urgente reforçar instituições independentes, modernizar o sistema judicial, combater a impunidade e garantir que todos, ricos e pobres, estão sujeitos às mesmas regras.

2. Reforma Profunda da Administração Pública

Um Estado leve, eficiente e centrado no cidadão é essencial. Para isso, é preciso desmontar os aparatos burocráticos inúteis, valorizar os servidores públicos competentes e implementar processos digitais simples, acessíveis e transparentes.

3. Educação como Pilar do Futuro

Investir massivamente na formação de professores, na renovação dos currículos e na redução das desigualdades regionais é imprescindível. A escola deve voltar a ser um espaço de liberdade, criatividade e cidadania crítica.

4. Economia de Valor e Inovação Sustentável

Portugal precisa de uma economia que valorize a criação de conhecimento e inovação, que fomente o empreendedorismo real e sustentável, e que rompa com a dependência crónica do turismo e serviços de baixo valor acrescentado.

5. Participação Cidadã e Renovação Política

A democracia deve deixar de ser um ritual vazio para se tornar um exercício vivo de participação. É necessária uma profunda reforma do sistema político, com novas formas de envolvimento popular, transparência nos financiamentos e combate ao clientelismo.

6. Cultura da Responsabilidade e da Esperança

O renascimento passa por mudar mentalidades — combater a cultura do “deixa andar”, da resignação e da desconfiança. É preciso cultivar uma cultura de responsabilidade coletiva, solidariedade ativa e esperança realista.

Este é o manifesto que deixamos:

Portugal não está condenado. Portugal pode, e deve, ser melhor. Mas a mudança depende de cada um de nós — da coragem para exigir, da persistência para lutar e da esperança para sonhar.

OS MISERÁVEIS DE PORTUGAL

Este livro oferece uma análise crítica e aprofundada sobre as condições políticas, econômicas e sociais de Portugal nas últimas cinco décadas. Ele explora a persistência da pobreza e da desigualdade, os desafios enfrentados pelas instituições políticas e econômicas, e as falhas nos sistemas de saúde, educação e previdência social. O autor apresenta diagnósticos contundentes, destacando a necessidade urgente de reformas estruturais para combater a miséria e promover o desenvolvimento humano no país.

978-1-1991-5487-2



9 781199 154872